# PROGNÓSTICOS DA SAFRA

## SOJA

**APESAR DE AS COTAÇÕES INTERNACIONAIS NÃO SE COMPORTAREM DE ACORDO COM A EXPECTATIVA, OS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES AINDA SÃO CONSIDERADOS BONS. A EXCESSIVA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL, NO ENTANTO, É A CARACTERÍSTICA MAIS MARCANTE NA ATUAL COMERCIALIZAÇÃO, PODENDO PROVOCAR QUEDA NA RECEITA DE EXPORTAÇÃO.**

Anualmente, às vesperas do plantio da safra de verão, ressurgem as perguntas quanto ao que será plantado, onde e que culturas se expandirão. A safra 1984/85 conviverá com inúmeras novidades na política agrícola (e na política econômica geral). Estas, juntamente com as repercussões deixadas pela última colheita, principalmente em termos da remuneração obtida, constituirão os principais parâmetros a nortear a próxima semeadura.

O encarecimento dos juros dos empréstimos, a redução dos adiantamentos do Valor Básico de Custeio concedidos a pequenos produtores de soja e algodão e a anunciada escassez de recursos para financiar a safra constituem, junto com preços mínimos considerados estimulantes, acenos de liberdade de comercialização e compromissos de vendas de estoques governamentais apenas para regular o mercado e, não, para derrubar preços.

É difícil visualizar o impacto do conjunto dessas medidas e propostas, pois algumas delas terão de ser cumpridas pela próxima administração federal. Neste momento, talvez seja mais interessante especular sobre os fatores que, num quadro mais incerto do que o costumeiro, desempenharão um papel relevante na tomada de decisão de cada produtor.

O resultado da última safra é uma referência fundamental, pois se não chegou a configurar uma frustração, também não alcançou o que dela se esperava. Houve acréscimo de 11% na área plantada e, no entanto, colheram-se, em 1984, apenas 7% a mais de soja (15,6 milhões de t, segundo o **IBGE**). O rendimento físico médio no país foi de 1.651 kg/ha, bastante inferior aos 1.792 kg/ha obtidos em 1983, apesar das enchentes daquele ano. As perdas de produtividade ocorreram praticamente em todos os estados, conforme se observa no Quadro 19. Este pior desempenho adveio não só da escassez de chuvas ao longo do desenvolvimento da safra nas diversas regiões produtoras mas, também, da extensão do plantio, fruto da euforia reinante na época. Isto porque plantou-se soja em todas as áreas possíveis, com semente certificada ou grão comum, com tratos culturais adequados ou não, à espera da obtenção de lucros fartos, com base nos elevados preços do mercado internacional.

*". . . as cotações internacionais da soja apresentaram quedas sistemáticas . . ."*

Ocorreu, porém, que os preços não se sustentaram no patamar de US$ 300/t, alcançado no auge do nervosismo do mercado, entre agosto e outubro de 1983. Em verdade, as cotações internacionais da soja apresentaram quedas sistemáticas, em conseqüência da retração da demanda por farelo nos meses subseqüentes, e atingiram os US$ 265/t em Chicago, em fevereiro último.

Reagindo, a **Cacex** suspendeu as exportações, alegando que havia manobras de algumas empresas para reduzir os preços. Àquela época, era possível vislumbrar que a comercialização da safra 1984/85 seria conturbada. Logo, à insatisfação quanto aos preços, somou-se uma série de intervenções da **Cacex**, suspendendo e abrindo registros numa velocidade tal, que passou a ser difícil acompanhar os acontecimentos.

Os produtores, por sua vez, foram tomados de perplexidade, diante da sucessão de medidas governamentais e da persistência dos preços internacionais em patamares baixos.

Finalmente, em maio, as cotações voltaram a se aquecer, como reflexo da acentuada escassez de óleos vegetais no mercado internacional. A mé-

**QUADRO 19 – BRASIL E ESTADOS SELECIONADOS – RENDIMENTOS FÍSICOS POR HECTARE DE SOJA – 1983 E 1984**
**(kg/ha)**

| ESTADO | 1983 | 1984 |
|---|---|---|
| Rio Grande do Sul | 1.548 | 1.487 |
| Santa Catarina | 1.128 | 1.377 |
| Paraná | 2.134 | 1.880 |
| São Paulo | 2.055 | 1.800 |
| Minas Gerais | 1.854 | 1.665 |
| Goiás | 1.870 | 1.477 |
| Mato Grosso do Sul | 1.946 | 1.698 |
| Mato Grosso | 2.025 | 1.997 |
| Bahia | 600 | 1.300 |
| BRASIL | 1.792 | 1.651 |

**FONTE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – IBGE.**

dia de preços do grão alcançou os US$ 310/t em Chicago e o óleo ficou em nada menos do que US$ 857/t, nível recorde em muitos anos. Daí em diante, com a recuperação da produção de óleo de palma da **Malaísia**, os preços do óleo começaram a declinar, levando consigo os do grão.

Em maio, quando os preços eram altos, muitos produtores decidiram não vender, apostando numa possível ascensão das cotações, caso a safra norte-americana, em desenvolvimento, quebrasse. Além disso, confiavam no reduzido estoque de soja disponível no mercado até o início da nova colheita nos **EUA** como um importante fator de alta.

*O mais importante fator baixista foi a manutenção de um dólar fortalecido frente às moedas européias.*

Neste ano, tudo faz crer que os produtores esperavam que a comercialização repetisse a do ano passado, quando os preços se elevaram de maneira substancial, a partir de julho. No entanto, apesar das cotações internacionais não se comportarem de acordo com essa expectativa, os preços recebidos pelos produtores podem ser considerados bons, uma vez que superam de quatro a cinco vezes o preço médio (Cr$ 5.000/60 kg) registrado em 1983.

Ainda assim, do ponto de vista do produtor, restou uma certa frustração, uma vez que a expectativa inicial era de uma alta mais acentuada dos preços internacionais. No entanto, para que ela se tivesse concretizado, as cotações da soja teriam de se manter, ao longo de todo o ano comercial, no patamar dos US$ 300/t, mencionado anteriormente. Já no fim do ano passado, surgiam sinais da existência de fatores baixistas, que contrabalançariam a pressão sobre as cotações, exercida pela quebra da safra norte-americana. O mais importante desses fatores foi, sem dúvida, a manutenção, por longo período de tempo, de um dólar fortalecido frente às moedas européias.

Em todo caso, a característica mais marcante da safra, ora em comercialização, foi a excessiva intervenção governamental.

O estabelecimento de quotas, contingenciamentos, as suspensões de registros — juntamente com a esperança de preços mais altos no segundo semestre — prejudicaram visivelmente o escoamento da colheita e reduziram de maneira substancial as projeções da receita de exportação do complexo da soja, em 1984. De fato, no período de janeiro a junho deste ano, exportou-se menos soja em grão, farelo e óleo do que em 1983, apesar de os preços externos terem sido bem maiores nesse primeiro semestre do que há um ano (ver Quadro 20).

Além disso, a exportação de uma parcela significativa dos excedentes de farelo e óleo ficou postergada para o segundo semestre, o que significará vendê-los a preços bem menores do que os dos primeiros seis meses do ano. Assim, a queda das cotações, aliada à excessiva intervenção governamental no mercado, acabará fazendo com que a receita de exportação do complexo soja (que, de acordo com a estimativa de dezembro de 1983, atingiria até US$ 3,5 bilhões) caia para aproximadamente US$ 2,6 bilhões.

*". . . o plantio depende das condições de financiamento e da especulação sobre os preços na próxima comercialização . . ."*

**QUADRO 20 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE SOJA EM GRÃO, FARELO E ÓLEO – JANEIRO A JUNHO DE 1983 E 1984**

| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE (1.000 t) | | PREÇO MÉDIO (US$/t) | |
|---|---|---|---|---|
| | 1983 | 1984 | 1983 | 1984 |
| Soja em grão | 940 | 873 | 236 | 262 |
| Farelo | 4.375 | 3.453 | 205 | 214 |
| Óleo | 509 | 444 | 411 | 705 |

FONTE – Cacex.

A comercialização da safra 1983/84, entretanto, encontra-se praticamente encerrada, em nível de produtor. Neste momento, a preocupação central é com o plantio que se inicia em outubro, operação que depende, em última instância, das condições de financiamento e da especulação sobre os preços na próxima comercialização, tanto da soja, quanto das lavouras concorrentes em área.

Aparentemente, as principais medidas da política agrícola traçada para a safra 1984/85 privilegiam os produtos chamados de mercado interno. Isto porque os produtores de arroz, feijão e milho terão direito de levantar a juros menores (100% da variação da **ORTN** + 3%) 80% do Valor Básico de Custeio estipulado para essas culturas, quando se tratar de pequenos produtores e 60%, no caso dos grandes. Quanto ao algodão e à soja, esses limites de adiantamento são, respectivamente, de 60% e 40%.

Ao que tudo indica, nortearam essa decisão não só a necessidade de estimular o plantio para o mercado interno mas, também, o conhecimento de que as lavouras de algodão e soja estão entre as maiores demandantes — algo em torno de 23% — dos recursos do custeio, que deverão ser escassos na safra que se inicia. Na verdade, esta tem sido a questão fundamental. No mais, os pequenos produtores de algodão e soja terão uma redução substancial na parcela de re-

cursos que poderão tomar a juros subsidiados. Além disso, num ano de crédito escasso, é possível levantar dúvidas a respeito de quem conseguirá obter os empréstimos. A experiência indica que, nessa disputa, os pequenos produtores são geralmente relegados.

É interessante notar que, diante da reação contrária aos **VBC's** e, principalmente, aos limites de adiantamento anunciados, tentou-se incentivar os produtores, concedendo preços básicos, na maior parte dos casos, iguais ou superiores aos atuais preços de mercado. Estendeu-se, também, o período de correção pela **ORTN** até abril (na última safra, a atualização dos preços ia até fevereiro). Além disso, depois de muita indefinição na nova classificação dos produtores, os pequenos foram incluídos numa faixa mais ampla de valor bruto da produção – até **2.000 MVR** – ficando os grandes acima desse limite.

O novo enquadramento dos produtores como pequenos ou grandes, na verdade, não significa que, em termos de tamanho de propriedade, eles possuam aquelas dimensões. O valor bruto da produção depende da área efetivamente ocupada dentro da propriedade, da produtividade e do preço médio de venda de cada produtor.

Apenas a título de especulação, tentou-se avaliar a quantidade de hectares colhidos com soja na última safra, necessária para que um produtor se enquadre na categoria de pequeno. Em função das diferentes produtividades médias estaduais, os **pequenos** produtores seriam os que cultivaram até, no máximo, 150 ha em Mato Grosso e 200 ha no Rio Grande do Sul, onde a produtividade média é menor.

A categoria dos pequenos produtores deve, portanto, englobar uma parcela substancial (que varia de estado para estado) do conjunto dos sojicultores, mas é interessante ressaltar que a nova sistemática lhes concede apenas 60% do **VBC**, quando, na última safra, os pequenos produtores (até **600 MVR**) obtinham 90% do **VBC** a juros subsidiados.

*". . . pequenos produtores podem acabar optando pelo plantio do milho . . ."*

Em função disso, esses **pequenos** produtores podem acabar optando pelo plantio do milho, que lhes dá acesso a um volume de recursos relativamente maior (80% do **VBC**). Neste sentido, o milho, o principal concorrente da soja, conta com estímulos – adiantamento de **VBC** e preço mínimo – para expansão de sua área. Já o algodão, que também concorre com a soja, deverá apresentar expansão de área, refletindo, principalmente, os bons resultados da última colheita.

Relativamente à soja, a situação do mercado internacional tem peso decisivo. Este ano, a safra norte-americana vem apresentando um bom desenvolvimento e deverá produzir em torno de 55 milhões de t, recuperando-se da grande quebra que reduziu a produção daquele país, em 1983, a 43,4 milhões de t.

As perspectivas do mercado, no ano comercial internacional que se inicia em setembro, são inversas às de um ano atrás. Torce-se por uma alta nos preços (que se situaram em torno de US$ 235/t em agosto), mas não há sintomas de que isso venha a ocorrer, pois, atuando em sentido contrário, aparecem a boa safra dos **EUA** e a recuperação da produção de óleo de palma da **Malaísia**. Somem-se a isso os estoques de farelo de soja no **Brasil, EUA** e **Argentina** que eram, em julho de 1984, de 1,6 milhão de t, bastante superiores aos de janeiro (860 mil t) e aos de um ano antes (1,1 milhão de t). Por fim, mencione-se o comportamento do dólar, que se mantém em processo de alta, em rela-



ção às moedas européias, influenciando fortemente a demanda por farelos proteínicos.

Apesar de tudo, há alguns tênues sinais positivos. Dentre eles, a presença, nos últimos meses, da **Índia** e da **URSS** como compradores de óleo vegetal no mercado internacional e a notícia de que os soviéticos venham a realizar aquisições de farelo, para complementar seus estoques.

Neste contexto, é natural que os sojicultores não estejam muito animados em relação à próxima safra. Ainda assim, não se deve pensar em reduções expressivas de área nos estados do Sul, apesar do decréscimo dos preços e do aumento sensível dos custos de produção. Nas regiões mais novas, como Mato Grosso, Bahia (região de Barreiras) e Maranhão, contudo, a área cultivada com soja deverá crescer (ver Mapa 01).

Em princípio, é possível que o milho tome algum espaço da soja no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo e que o algodão o faça no Paraná.

Fala-se, ainda, da possibilidade de as pastagens ganharem terreno em São Paulo e Mato Grosso do Sul, mas neste último estado não se assegura que deva haver uma redução da área da soja.

Nos estados em que a expansão do plantio é certa, como na Bahia, este crescimento pode não ser suficiente para compensar os decréscimos, ainda que pequenos, no Rio Grande do Sul ou no Paraná, por exemplo.

Assim, será possível registrar-se um ligeiro decréscimo ou estabilidade da área total cultivada e a produção poderá situar-se novamente no patamar das 15 milhões de t, até porque o encarecimento dos insumos deverá tornar seu uso racionado, não se devendo, portanto, contar com rendimentos físicos acima da média histórica.

Com uma safra dessa ordem, as exportações do complexo soja a preços médios, hoje projetados pelo **USDA** para o ano comercial 1984/85, poderiam render US$ 2,1 bilhões, descontadas as necessidades de abastecimento do mercado interno.

A verdade é que, além da dimensão da própria safra e do comportamento dos preços externos, a receita em divisas do próximo ano depende, também, da política de comercialização traçada pelas autoridades brasileiras que, em 1984, não foi muito feliz.

Não se sabe, até agora, como deve funcionar a recém-anunciada liberalização do comércio exterior de produtos agrícolas, mas é razoável esperar-se que ela signifique, pelo menos no caso do complexo soja, maior fluidez dos negócios. Até porque, nunca ficou evidenciado que existe uma correlação real entre os controles governamentais da exportação, que acabam por reduzir o ingresso de dólares, e a manutenção de preços baixos do óleo de soja ofertado ao consumidor brasileiro.

DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA NO BRASIL

Mapa 01




FONTE – "Contribuição das Ciências Agrárias para o Desenvolvimento: A Pesquisa em Soja". — M. Kaster e E. R. Bonato.